

**Agroecologia e cooperativismo autêntico: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável da  
agricultura familiar**

***Agroecology and authentic cooperative: an alternative for the sustainable development of family farming***

SILVA, David<sup>1</sup>; TRINDADE, Hiran<sup>2</sup>

1 Universidade de Brasília, 1869806@etfbsb.edu.br; 2 Universidade de Brasília, hirantrindade@gmail.com

**Resumo**

O presente trabalho procura, a partir da análise dos estatutos sociais de duas cooperativas com sede no Distrito Federal, uma de orientação agroecológica e outra de orientação tradicional, verificar se a primeira alinha-se ao modelo cooperativo Rochdaleano ou se simplesmente reproduz o modelo já consolidado pelas cooperativas tradicionais, que vão de encontro ao cooperativismo idealizado em Rochdale. A escolha dessas cooperativas deve-se ao fato de uma delas ser a maior e mais antiga cooperativa agropecuária do DF (aliada ao modelo da Revolução Verde), enquanto a outra foi a única cooperativa identificada nessa unidade da federação alinhada à proposta agroecológica. A análise comparativa dos estatutos sociais das cooperativas selecionadas para o estudo mostra que as suas estruturas formais, regras de funcionamento e modelos de governança estão muito próximos, mesmo tratando-se de propostas apoiadas em modelos de organização divergentes e até antagônicos.

**Palavras-chave:** Modelo Agroecológico; Gestão de Cooperativa; Cooperativismo Clássico; Desenvolvimento Alternativo

**Abstract**

The objective of this study was to determine whether a cooperative with agro-ecological orientation aligns to the Rochdale cooperative model or simply reproduces the model already established by traditional cooperatives, which are contrary to the idealized cooperative in Rochdale. For this, we make an analysis of the bylaws of two cooperatives established in the Federal District, Brazil, one in agro-ecological orientation and other in traditional orientation. These cooperatives were chosen due to the fact that one might be the oldest and largest agricultural cooperative in Federal District (allied to the Green Revolution model), while the other is the only cooperative aligned to agro-ecological model in Federal District. The comparative analysis of the bylaws of both cooperatives shows that their formal structures, rules of operation and governance models are very close, even being supported by differing and opposing organization models.

**Keywords**

Agroecological model; Management of Cooperative; Classic Cooperative; Alternative Development

**Introdução**

A cooperação e o cooperativismo, estão relacionados à colaboração entre duas ou mais pessoas cuja finalidade é comum. Não obstante às inúmeras experiências de organizações econômicas de caráter cooperativo, as cooperativas surgiram a partir da consolidação da Revolução Industrial, mais especificamente em 1884, na cidade de Manchester, Inglaterra. Isso porque Rochdale – a primeira cooperativa – foi capaz de sistematizar um conjunto de regras e objetivos sociais econômicos a serem alcançados, pois almejava a reforma do meio econômico e social (Pinho, 1966).

O cooperativismo pode ser, assim, caracterizado pela reação humana a uma situação adversa, numa busca de reafirmação do ser humano como sujeito social. “O cooperativismo, desde seu projeto original até o momento, fica claramente estabelecida a importância dos sujeitos sociais na construção e reconstrução das utopias que movem a realidade, seja no campo individual, seja no coletivo” (Duarte, 1996).

No Brasil, as primeiras discussões em torno do cooperativismo foram realizadas por intelectuais que, inspirados nas ideias de Charles Gide (Sistematizador da doutrina cooperativista), passaram a considerar esse modelo de organização como instrumento indutor do progresso (Pinho, 1966). Essa autora ainda destaca que, apesar de algumas experiências, o cooperativismo somente ganhou destaque no Brasil a partir do ano de 1932 com a aprovação de legislação específica.

No entanto, principalmente a partir da década de 60 do século passado, em especial o cooperativismo agropecuário passa a se estruturar diferentemente do movimento Rochdaleano em função de uma orientação estatal, voltada à reprodução do modelo vigente. Financiado por instituições internacionais, afasta-se, portanto, do ideário de afirmação dos sujeitos sociais.

Dessa maneira, o cooperativismo passou a ser utilizado como ferramenta difusora do novo paradigma de produção agrícola, baseado na elevação da produção e produtividade via intensificação do uso de tecnologia (mecanização, melhoramento genético e agroquímicos). Isso, a partir do apoio estatal e sob orientação de organismos internacionais.

Entretanto, segundo Altieri (2012), apesar de inúmeros programas de desenvolvimento baseado nesse modelo produtivo, a pobreza ainda continua a ser uma realidade na maioria dos países em desenvolvimento. A Revolução Verde e suas bases produtivas ainda contribuíram para a elevação dos problemas ambientais.

Na perspectiva de propor um novo paradigma, a agroecologia apresenta-se, segundo Caporal (2011), como apoio à transição para um novo modelo de desenvolvimento rural, baseada na produção sustentável. Rover e Anschau (2011) confirmam tal proposição ao colocar que “ao se realizar um paralelo entre agricultura convencional e a agroecológica pode-se colocá-las em diferentes paradigmas produtivos”.

Nesse sentido, o presente trabalho procura, a partir da análise dos estatutos sociais de duas cooperativas com sede no Distrito Federal, uma de orientação agroecológica e outra de orientação tradicional, verificar se a primeira alinha-se ao modelo cooperativo Rochdaleano ou se simplesmente reproduz o modelo já consolidado pelas cooperativas tradicionais, que vão de encontro ao cooperativismo idealizado em Rochdale.

### **Metodologia**

Após apresentar os princípios clássicos do cooperativismo e da agroecologia, o presente trabalho faz uma análise da presença desses em duas cooperativas do Distrito Federal (DF). Apesar das diferenças quanto ao grau organizativo, as cooperativas aqui analisadas atendem ao propósito deste trabalho à medida que a análise está voltada à identificação e crítica de como sua organização, consubstanciada em seus respectivos estatutos sociais, estão relacionadas ao propósito cooperativo e agroecológico de transformação social.

A escolha dessas cooperativas deve-se ao fato de que uma delas, a COOPA/DF, é a maior e mais antiga cooperativa agropecuária do DF, tendo sido constituída no período áureo da “conquista do Cerrado”. Já a outra, Central do Cerrado, foi a única cooperativa identificada no Distrito Federal vinculada com a proposta agroecológica.

Para tanto, o presente trabalho utilizou-se da comparação do Estatuto Social de ambas organizações uma vez que esse é o documento legal que legitima o funcionamento da cooperativa, além de ser, em tese, resultado das expectativas e anseios dos associados. Tal documento funciona ainda como regulador das relações sociais e societárias.

Assim, após leitura dos respectivos Estatutos Sociais, identificou-se trechos em seus textos que correspondem e/ou refletem a proposta de cada princípio cooperativista, os quais dialogam diretamente com alguns princípios agroecológicos.

### **Resultado e Discussão**

Ao analisar os estatutos das cooperativas na perspectiva do primeiro princípio, Adesão Livre e Voluntária, o que se conclui é que em ambas as cooperativas, o texto estatutário revela uma postura passiva, voltada apenas à restrição/normatização do ingresso de novos associados. Não foi verificado indicativo de uma atuação mais proativa, no sentido de levar os benefícios desse tipo de organização a novos associados.

Com relação do princípio da Gestão Democrática, o que se observou foi uma limitação aos aspectos obrigatórios elencados pela legislação cooperativista. Não há sinalização de uma gestão que privilegie a participação e o envolvimento dos associados. Ao que parece, as cooperativas seguem uma tendência de profissionalização da gestão, o que pode denotar um distanciamento entre os associados e suas cooperativas.

Não obstante às diferenças relacionadas aos negócios de cada cooperativa, o que se pode observar, mais uma vez, são textos muito parecidos, onde os associados, através da sua produção, contribuem para o financiamento da sociedade.

O Princípio da Autonomia e Independência não foi identificado nos textos analisados.

Com relação à educação, formação e informação, apesar de uma clara tendência de repetição da orientação legal, a Central do Cerrado avança ao deixar claro que faz parte de seus objetivos a promoção e realização de eventos de educação, formação e capacitação cooperativista e profissional. No entanto, não há qualquer tipo de especificação quanto à realização desses eventos.

O Princípio da Intercooperação não foi identificado no estatuto da Coopa/DF. Já na Central do Cerrado, há a previsão de interligação com associações, mas sem apontar para uma política sistemática com estratégias definidas.

Por fim, o Princípio do Interesse pela Comunidade, somente identificado no estatuto da Central do Cerrado, é abordado numa perspectiva do desenvolvimento comunitário, segundo o qual a cooperativa deve buscar alternativas de geração de trabalho e renda alinhadas à preservação do bioma Cerrado.

Como pôde ser observado na análise comparativa dos estatutos sociais das cooperativas Coopa/DF e Central do Cerrado, mesmo tratando-se de proposta apoiadas em modelos de organização divergentes e até antagônicos, as suas estruturas formais, regras de funcionamento e

modelos de governança estão muito próximos. Os princípios cooperativistas, base doutrinária do cooperativismo Rochdaleano, ao que parece, não foi considerado na construção dos estatutos sociais dessas cooperativas.

Entretanto, é possível notar uma orientação agroecológica na constituição da Central do Cerrado. Tal orientação, num primeiro momento, pode indicar uma tendência de intenção de construção de uma sociedade cooperativa voltada à transformação social. Porém, tal intenção não pode ser confirmada através da análise estatutária, pois suas regras de funcionamento consubstanciadas em seu estatuto social estão muito próximas do modelo tradicional de cooperativismo e voltado ao atendimento, apenas, de questões legais.

Mesmo requerendo um estudo mais amplo e detalhado, onde sejam considerados um número maior de cooperativas, este trabalho sugere que não basta ter uma proposta de mudança do meio social. É preciso que as organizações, e principalmente as cooperativas, construam propostas organizacionais mais avançadas que caminhem no sentido de superação do cooperativismo tradicional, onde as premissas elencadas nos princípios agroecológicos e cooperativistas sejam, de fato, codificados nos seus documentos orientativos, principalmente em seus estatutos sociais.

Esse seria o início de um possível caminho para se chegar ao que Altieri (2004) chama de “produção estável”. Como ainda afirma tal autor, somente pode-se chegar a tal produção num contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente. A agroecologia, aliada aos princípios do cooperativismo Rochdaleano, fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que a participação da comunidade venha a se tornar a força geradora dos objetivos e atividades dos projetos de desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, tanto os camponeses, quanto os agricultores familiares poderiam se tornar os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento.

O fato de a Central do Cerrado não ter codificado em seu estatuto social os princípios agroecológicos e cooperativistas indica que a “produção estável”, apontada por Altieri (2004), resultado da produção num contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente, para ser alcançada, ainda precisa superar desafios por vezes não perceptíveis aos que se propõem a atuar nas organizações agroecológicas.

### **Conclusões**

Mesmo tratando-se de proposta apoiadas em modelos de organização divergentes e até antagonicos, as estruturas de funcionamento e de governança da Coopa/DF e Central do Cerrado são semelhantes. Não obstante à orientação agroecológica proposta pela Central do Cerrado, suas regras de funcionamento consubstanciadas em seu estatuto social estão muito próximas do modelo tradicional de cooperativismo e voltadas ao atendimento apenas de questões legais.

### **Referências bibliográficas**

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª Ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: \_\_\_\_\_; AZEVEDO, E. O. (Org.). *Princípios e Perspectivas da Agroecologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, 2011.

DUARTE, L. M. D. & WEHRMANN, M. E. S. F. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In: NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS: *Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural*. Brasília: UnB, Ceam e Neagri. 2007.

PINHO, D. B. *O Que é Cooperativismo*. São Paulo: Buriti, 1966.

ROVER, O. J.; ANSCHAU, C. T. A agroecologia e as estratégias de desenvolvimento de três redes cooperativas de produção de leite. *Cadernos de Agroecologia*, n. 1, 2011.